

# NEOENERGIA TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 36.257.233/0001-II | Companhia Fechada

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

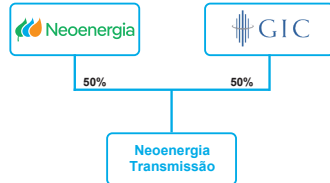
Prezados Acionistas,  
Ao apresentar os resultados de 2023, a Neoenergia Transmissão reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

#### 1. A NEOENERGIA TRANSMISSÃO.

A Neoenergia Transmissão ("Companhia"), controlada 50% pela Neoenergia S.A. e 50% pela Warrington Investment Pte. Ltd (GIC), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades.

A Neoenergia Transmissão S.A. e suas controladas diretas têm por objeto social desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

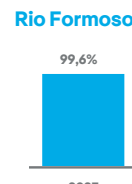
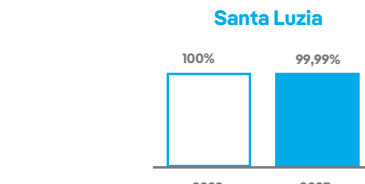
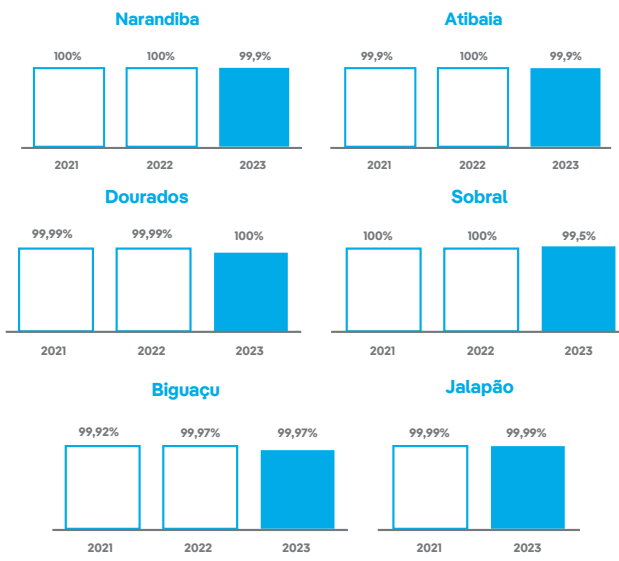
**1.1. Estrutura Societária:** Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



#### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 29 de setembro de 2023, ocorreu o *closing* da operação de venda de participação societária de 50% das ações da Neoenergia em oito ativos de transmissão em operação (Jalapão, Santa Luzia, Dourados, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Naranidiba e Rio Formoso) para o GIC, anunciada ao mercado em abril de 2023. Com essa venda, houve uma reorganização societária, na qual os ativos adquiridos pelo GIC foram aportados na Holding de Ativos Operacionais (Neoenergia Transmissão), com estrutura de Co-Controle entre os sócios (50%/50%). Além da venda, o acordo também dá ao GIC direito de primeira oferta em relação à potencial venda futura de 50% de participação nos ativos de transmissão em construção pela Neoenergia (Itabapoana, Guanabara, Vale do Itajai, Lagoa dos Patos, Morro do Chapéu, Estreito, Alto do Parnaíba e Paraíso) e para Potiguar Sul, além de possibilitar a análise e participação conjunta do GIC e da Neoenergia em futuros leilões de Transmissão no Brasil, nos lotes que tiverem interesse mútuo.

Em 2023, a taxa de disponibilidade das controladas ficou acima do limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.



#### 3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

##### 3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas						
Empresa	Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Jalapão (EKTT 01)	LT Miracema - Gilbués II	3	500kV	418	29/12/2021	09/03/2048
	LT Gilbués II - Barreiras II	2	500kV	311	16/01/2022	09/03/2048
Santa Luzia (EKTT 02)	LT 500 KV Santa Luzia II - Campina Grande III	1	500kV	125	28/06/2021	09/03/2048
	LT 500 KV Santa Luzia II - Milagres II	1	500kV	220	07/11/2021	09/03/2048
Rio Formoso (EKTT 06)	LT 230kV Rio das Águas - Rio Formoso II C1/C2	2	230kV	202	30/01/2023	20/03/2050
Rio Formoso (EKTT 06)	LT Nova Porto Primavera - Rio Brilhante	2	230kV	137	21/07/2020	11/08/2047
	LT Rio Brilhante - Campo Grande 2	1	230kV	149	01/05/2021	11/08/2047
Dourados (EKTT 12)	LT Campo Grande 2 - Imbuissu	2	230kV	57,3	01/05/2021	11/08/2047
	LT Nova Porto Primavera - Ivinhema 2	2	230kV	64	27/12/2020	11/08/2047
Dourados (EKTT 12)	LT Rio Brilhante Dourados 2	1	230kV	122	03/08/2021	11/08/2047
	LT 230 KV Dourados 2 - Dourados	2	230kV	48,2	22/08/2022	11/08/2047

##### 3.2. Subestações em operação

Subestações em Operação - Características Físicas				
Empresa	Subestação	Tensão (kV)	Capacidade de Transformação (MVA)	Vencimento da Outorga
Santa Luzia (EKTT 02)	SE Santa Luzia II	500kV	-	28/06/2021 09/03/2048
Rio Formoso (EKTT 06)	SE Rio das Águas - novo pátio em 230kV com transformação 500/230kV	500/230kV	600	30/01/2023 20/03/2050
Rio Formoso (EKTT 06)	SE 230/138kV Rio Formoso II	230/138kV	400	30/01/2023 20/03/2050
Dourados (EKTT 12)	SE Dourados 02	230/138kV	2 x 150	03/08/2021 11/08/2047
Atibaia (EKTT 13)	SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	500kV	-	11/02/2021 11/08/2047
Biguaçu (EKTT 14)	SE Biguaçu (COMPARTILHADA)	525kV	-	11/02/2021 11/08/2047
Sobral (EKTT 15)	SE Sobral III (COMPARTILHADA)	500kV	-	11/02/2021 11/08/2047
Naranidiba	Brumado II	230/138	100	21/09/2014 27/08/2042
Naranidiba	Extremoz II	230/69	300	04/07/2015 10/05/2042
Naranidiba	Naranidiba	230/69	300	06/06/2011 28/01/2039

#### 4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2023/2024 é representada pela soma da RAP das 8 empresas controladas, totalizando R\$446,951 mil. Todas as controladas possuem RAP corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e prazo de concessão de 30 anos, contados a partir da assinatura de seus respectivos contratos.

Linhas de Transmissão e Subestações em Operação - Características Financeiras						
Empresa	Linha de Transmissão / Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degradação RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
Jalapão (EKTT 01)	LT Miracema - Gilbués II LT Gilbués II - Barreiras II	100%	173.379	2028	Junho	IPCA
Santa Luzia (EKTT 02)	LT 500 KV Santa Luzia II - Campina Grande III SE Santa Luzia II	100%	78.881	2028	Junho	IPCA
Rio Formoso (EKTT 06)	LT 230kV Rio das Águas - Rio Formoso II C1/C2 SE Rio das Águas - novo pátio em 230kV com transformação 500/230kV SE 230/138kV Rio Formoso II	100%	23.041	2025	Junho	IPCA
Dourados (EKTT 12)	LT Nova Porto Primavera - Rio Brilhante LT Rio Brilhante - Campo Grande 2 LT Campo Grande 2 - Imbuissu LT Nova Porto Primavera - Ivinhema 2 LT Rio Brilhante Dourados 2 LT 230 KV Dourados 2 - Dourados	100%	92.115	2028	Junho	IPCA
Atibaia (EKTT 13)	SE Fernão Dias (COMPARTILHADA)	100%	18.670	2028	Junho	IPCA
Biguaçu (EKTT 14)	SE Biguaçu (COMPARTILHADA)	100%	18.356	2028	Junho	IPCA
Sobral (EKTT 15)	SE Sobral III (COMPARTILHADA)	100%	16.995	2028	Junho	IPCA
Naranidiba	Brumado II Extremoz II Naranidiba	100% 100% 100%	5.342 4.639 15.534	2028 2027 2024	Junho	IPCA IPCA IPCA

#### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

##### 5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2023
Receita líquida	176.388
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>176.388</b>
Custos de construção	3.241
Custos de operação	(16.312)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	13.307
= Despesa Operacional PECLD	236 (1.439)
<b>EBITDA</b>	<b>175.185</b>
Depreciação	(968)
Resultado Financeiro IR/CS	(36.274) (23.978)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>114.025</b>

Os valores reportados são a partir de agosto de 2023, data em que houve o aporte de capital com os 8 ativos de transmissão em operação (Jalapão, Santa Luzia, Dourados, Atibaia, Biguaçu, Sobral, Naranidiba e Rio Formoso). A margem bruta da Neoenergia Transmissão foi de R\$ 176,4 mil em 2023, sendo referente à consolidação da margem desses oito ativos operacionais. O custo de operação de 2023 foi de R\$ 16.312 mil, refletindo os custos de manutenção dos ativos, uma vez que todos estão operacionais. O EBITDA encerrou o ano em R\$ 175,2 mil e o lucro líquido em R\$ 114 mil.

#### 6. ESTRUTURA DE CAPITAL

##### 6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2023, a dívida líquida da Neoenergia Transmissão, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 1,678 milhões (dívida bruta de R\$ 2,034 milhões). Em relação à segregação do saldo devedor, a Neoenergia Transmissão possui 95% da dívida contabilizada no longo prazo e 5% no curto prazo.

#### DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Transmissão S.A., visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Transmissão S.A. e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Transmissão S.A.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, e estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Transmissão S.A. sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daquelas aqui discutidas e antecipadas, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Consolidado <sup>(1)</sup>	Controladora	2023	2022
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3</b>	<b>176.388</b>	-	-
<b>Custos</b>		<b>(13.758)</b>	-	-
Custos de construção		3.241	-	-
Custos de operação	4	(16.999)	-	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>162.630</b>	-	-
Despesas gerais e administrativas	4	13.026	(104)	-
Perdas de crédito esperadas	8.1	(1.439)	-	-
Equivalência Patrimonial	10	-	117.125	-
<b>Lucro operacional</b>		<b>174.217</b>	<b>117.021</b>	-
<b>Resultado financeiro</b>	<b>5</b>	<b>(36.274)</b>	<b>(2.957)</b>	-
Receitas financeiras		16.335	192	-
Despesas financeiras		(53.078)	(3.149)	-
Outros resultados financeiros, líquidos		469	-	-
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>137.943</b>	<b>114.064</b>	-
<b>Tributos sobre o lucro</b>		<b>(23.918)</b>	<b>(39)</b>	-
Corrente	6.1.1	2.892	(39)	-
Diferido	6.1.2	(26.810)	-	-
<b>Lucro líquido do período/ exercício</b>		<b>114.025</b>	<b>114.025</b>	-
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$:</b>	14.2	<b>0,05</b>	<b>0,05</b>	-

<sup>(1)</sup> Os montantes consolidados apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, contempla a movimentação do resultado da data do aporte de capital em 25 de agosto de 2023 até 31 de dezembro de 2023, conforme divulgado na nota explicativa 1. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	Controladora	2023	2022
<b>Lucro líquido do período/exercício</b>	<b>114.025</b>	<b>114.025</b>	-	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>114.025</b>	<b>114.025</b>	-	-
<b>Resultado abrangente do período/exercício</b>	<b>114.025</b>	<b>114.025</b>	-	-

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Neoenergia Transmissão S.A. ("Controladora" ou "Companhia") com sede na Rua Ary Antenor de Souza, 321 - Sala Z - Jardim Nova América, Campinas - SP, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades. A Neoenergia Transmissão S.A. e suas controladas diretas têm por objeto social desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 25 de abril de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. e celebrado o *Share Purchase Agreement and Other Covenants* (Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças) ("SPA") com a Warrington Investment Pte. Ltd., referente a operação de venda de 50% da participação societária da, até então, controlada Neoenergia Transmissão (anteriormente denominada Neoenergia Transmissora IS SPE S.A.), pelo valor de R\$ 1.200.000, sujeito a ajustes de preço usuais. Em 25 de agosto de 2023, como condição precedente para implementação da operação, a Neoenergia S.A. contribuiu ao capital social da Neoenergia Transmissão, por meio da subscrição da totalidade de sua participação nas seguintes sociedades: Neoenergia Jalapão Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A., Neoenergia Sobral Transmissão de Energia S.A., S.E. Naranidiba S.A. e Neoenergia Rio Formoso Transmissão de Energia S.A.

A seguir a composição dos ativos e passivos que foram aportados:

Ativo	2023	2022
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	278.356	54.877
Contas a receber de clientes e outros	89.026	30.429
Títulos e valores mobiliários	412.167	24.433
Concessão do serviço público (ativo contratual)	24.433	-
Outros ativos circulantes	24.433	-
<b>Total do circulante</b>	<b>800.262</b>	<b>114.025</b>
<b>Não circulante</b>		
Títulos e valores mobiliários	1.814	-
Depósitos judiciais	20.728	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	4.608.862	-
Outros ativos não circulantes	18.469	-
<b>Total do não circulante</b>	<b>4.649.873</b>	<b>20.728</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>5.450.135</b>	<b>134.753</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	58.284	-
Empréstimos e financiamentos	89.026	-
Dividendos a pagar	37.707	-
Outros passivos	29.195	-
<b>Total do circulante</b>	<b>214.212</b>	<b>114.025</b>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	1.933.713	-
Tributos sobre o lucro diferidos	595.779	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	451.035	-
Provisões	56.350	-
Outros passivos	488	-
<b>Total do não circulante</b>	<b>3.077.365</b>	<b>114.025</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Atribuído aos acionistas da Companhia	2.198.558	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.198.558</b>	<b>114.025</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>5.450.135</b>	<b>228.778</b>

Em 29 de setembro de 2023, as condições precedentes, além das aprovações prévias aplicáveis foram integralmente cumpridas e a transação foi concluída. Nessa mesma data, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Neoenergia Transmissora IS SPE S.A. para Neoenergia Transmissão S.A. **1.1. Concessões do serviço público e autorizações de serviços de energia elétrica:** A Companhia possui total direito de determinar as políticas operacionais e financeiras dos ativos que estão sob o escopo dos contratos de concessão e/ou autorização de serviços públicos. As políticas operacionais e financeiras abrangem medidas relativas à investimento de capital, pessoal e tecnológica. Em regra, este direito está limitado somente às vedações previstas nos contratos assinados junto ao poder concedente, legislação ou ato infra legal específico do setor de energia elétrica emitidos pelo Poder Concedente e/ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os ativos de infraestrutura utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado <sup>(1)</sup>	Controladora	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do período/exercício</b>	<b>114.025</b>	<b>114.025</b>	-	-
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	968	-	-	-
Equivalência Patrimonial	(117.125)	-	-	-
Tributos sobre o lucro	23.918	39	-	-
Resultado financeiro líquido	36.274	2.957	-	-
<b>Alterações no capital de giro:</b>				
Contas a receber de clientes e outros	(4.931)	-	-	-
Concessão serviço público (ativo contratual)	(10.34)	-	-	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	2.469	19	-	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(2.957)	-	-	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	1.435	(47)	-	-
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(5.241)	-	-	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(10.112)	-	-	-
<b>Caixa gerado (consumido) nas operações</b>	<b>149.852</b>	<b>(132)</b>	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	111.773	-	-

# NEOENERGIA TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 36.257.233/0001-II | Companhia Fechada

financeamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia. **1.2.3 Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como direção alocar os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas demonstrações financeiras. Em destaque para as informações de provisão e financiamentos (veja nota 12). **1.2.4 Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez. **1.2.5 Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou não performance de contrapartes. **1.2.6 Risco de crédito de contrapartes comerciais:** Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. **1.2.7 Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da seleção junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2023.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Besa	AA	-	AA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BIEES	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA

**1.3. Seguros:** A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/2023 a 31/05/2024	800.000
Risco operacional - substações e usinas	31/05/2023 a 31/05/2024	327.246
Responsabilidade civil - drones	15/06/2023 a 15/06/2024	5.736
Veículos - operacional	31/05/2023 a 31/05/2024	2.000
Responsabilidade civil ambiental	31/05/2023 a 31/05/2024	36.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as práticas contábeis internas da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle, nesse caso a partir de 25 de agosto de 2023 até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Neoenergia Transmissão e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na prestação da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 06 de fevereiro de 2024. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às suas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5 a **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
6.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
8.2	Perdas de crédito esperadas
9	Concessão do serviço público (ativo contratual)
13.2	Provisão para processos judiciais

**2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2023:** Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxessem impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia. **b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou no, final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (Reverse factoring) que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirá que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	Consolidado 2023	Controladora 2023
Remuneração do ativo contratual	221.846	-
Contrato de conexão ao sistema de transmissão ("CCT")	4.585	-
Receita de operação e manutenção	20.642	-
Ganho (perda) na RAP <sup>(*)</sup>	(511.88)	-
Outras receitas	123	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>196.078</b>	-
(-) Tributos gerais (nota 3.1)	(16.939)	-
(-) Encargos setoriais (nota 3.1)	(2.751)	-
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>	<b>(19.690)</b>	-
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>176.388</b>	-

<sup>(\*)</sup> A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

### 3.1. Deduções da receita bruta

	Consolidado 2023	Controladora 2023
<b>Tributos gerais</b>	<b>(16.939)</b>	-
PIS e COFINS - Correntes	(17.221)	-
PIS e COFINS - Diferidos	282	-
<b>Encargos setoriais</b>	<b>(2.751)</b>	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.775)	-
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSEE	(697)	-
Quota para reserva global de reversão - RGR	(279)	-
<b>Total</b>	<b>(19.690)</b>	-

**3.2. Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e controla o serviço que mente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (PCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração da Demonstração Financeira de 31 de dezembro de 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilização dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a. nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5% a.a. e 1% a.a.

## 4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Consolidado 2023	Controladora 2023
<b>Custos de operação</b>	<b>1.096</b>	<b>205</b>
Despesas gerais e administrativas	(891)	802
Administradores	-	802
Serviços de terceiros	(15.034)	(15.652)
Depreciação e amortização	(687)	(28)
Provisão para processos judiciais	-	(1.237)
Impostos, taxas e contribuições	(51)	(663)
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.323)	15.914
<b>Total</b>	<b>(16.999)</b>	<b>13.026 (3.973)</b>

## 5. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado 2023	Controladora 2023
<b>Receitas financeiras</b>	<b>16.403</b>	<b>201</b>
Renda de aplicações financeiras	(771)	(9)
Tributos sobre receita financeira	98	-
Juros e encargos de contas a receber de clientes	514	-
Atualização de depósitos judiciais	91	-
Outras receitas financeiras	<b>16.335</b>	<b>192</b>

	Consolidado 2023	Controladora 2023
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(4.761)</b>	<b>-</b>
Encargos sobre instrumentos de dívida <sup>(*)</sup>	(1.565)	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(22)	-
IOF	(3.872)	(3.149)
Outras despesas financeiras	<b>(53.078)</b>	<b>(3.149)</b>

	Consolidado 2023	Controladora 2023
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>	<b>469</b>	<b>-</b>
Outras variações monetárias, líquidas	<b>469</b>	<b>-</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(36.274)</b>	<b>(2.957)</b>

<sup>(\*)</sup> Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IFPAC) e apropriação dos custos de captação.

## 6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

**6.1. Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Consolidado 2023	Controladora 2023
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>137.943</b>	<b>114.064</b>
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:	(46.901)	(38.782)
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	22.041	10.472
Incentivos fiscais	281	-
Resultado de participações societárias	-	40.268
Diferença de presunção de base do lucro presumido	6.264	-
Outras adições (reversões)	(5.603)	(11.997)
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(23.918)</b>	<b>(39)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>17%</b>	<b>0%</b>
Corrente	2.892	(39)
Diferido	(26.810)	-

**6.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado 2023	Controladora 2023
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>102.992</b>	<b>-</b>
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(728.698)	-
Outros	4.018	-
<b>Total</b>	<b>(622.588)</b>	<b>-</b>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado 2023	Controladora 2023
<b>Prejuízo fiscal (inclui base negativa)</b>	<b>102.992</b>	<b>-</b>
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>102.992</b>	<b>-</b>
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(728.698)	-
Outros	4.018	-
<b>Total</b>	<b>(622.588)</b>	<b>-</b>

### 6.1.3 Tributos sobre o lucro a recolher:

	2023	2023
<b>Saldo inicial em 25 de agosto de 2023</b>	<b>595.779</b>	<b>-</b>
Integralização de capital - aporte de ativos (nota 1)	(26.810)	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(622.588)	-
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	2023	2023
<b>Saldo inicial em 25 de agosto de 2023</b>	<b>595.779</b>	<b>-</b>
Integralização de capital - aporte de ativos (nota 1)	(26.810)	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(622.588)	-
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**6.1.3. Tributos sobre o lucro a recolher:** Imposto de Renda - IR Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

	2023	2023
<b>Ativo</b>	<b>23.267</b>	<b>5.120</b>
Circulante	23.132	5.120
Não Circulante	135	-
Imposto de Renda - IR	192	15
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	471	16
<b>Passivo</b>	<b>471</b>	<b>16</b>
Circulante	471	16

**6.1.4 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseadas em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis e legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

### 6.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	Consolidado 2023	Controladora 2023
<b>Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS</b>	<b>3.036</b>	<b>-</b>
Programa de Integração Social - PIS (I)	80.629	563
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	371.452	2.593
Impostos e contribuições retidos na fonte	5.337	-
Outros	4.789	4.620
<b>Outros tributos</b>	<b>465.243</b>	<b>7.776</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	2.511	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	39	-
Outros	592	-
<b>Encargos setoriais</b>	<b>3.102</b>	<b>-</b>
<b>Total outros tributos e encargos setoriais a recolher</b>	<b>468.345</b>	<b>7.776</b>
Circulante	17.484	7.776
Não circulante	450.861	-

<sup>(\*)</sup> Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado 2023	Controladora 2023
<b>Caixa e depósitos bancários à vista</b>	<b>13.262</b>	<b>271</b>
Certificado de depósito bancário (CDB)	70.731	60.122
Fundos de investimento	225.640	-
<b>Total</b>	<b>309.633</b>	<b>60.393</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,49% do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	Consolidado 2023	Controladora 2023
<b>Carteira</b>	<b>225.640</b>	<b>-</b>
<b>Fundos exclusivos</b>	<b>225.640</b>	<b>-</b>
Operações compromissadas	-	-

Os fundos de investimentos exclusivos do grupo representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado 2023	Controladora 2023
<b>Perdas de créditos esperadas</b>	<b>(2.423)</b>	<b>53.846</b>
<b>Outros receb</b>		

# NEOENERGIA TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 36.257.233/0001-11

**b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	<b>2023</b>
	<b>Consolidado</b>
Processos cíveis (i)	4.343
Processos trabalhistas (ii)	217
Processos fiscais (iii)	1.301
<b>Total</b>	<b>5.861</b>

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: **(i) Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.; **(ii) Processos trabalhistas:** referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m. **(iii) Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC. **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	<b>2023</b>
	<b>Consolidado</b>
Processos cíveis	16.974
Processos trabalhistas	30
Processos fiscais	4.408
<b>Total</b>	<b>21.412</b>

**13.2 Política contábil e julgamentos críticos:** **a) Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

## 14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**14.1 Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.199.059, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 2.199.059 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
	Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	1.099.529,5	50%	1.099.529
Warrington Investment Pte. Ltd.	1.099.529,5	50%	1.099.529
<b>Total</b>	<b>2.199.059</b>	<b>100%</b>	<b>2.199.058</b>

**14.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas:** **a) Lucro por ação:**

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	<b>2023</b>	<b>2023</b>
	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
Lucro líquido do período/exercício	114.025	114.025
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	2.199.059	2.199.059
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	<b>0,05</b>	<b>0,05</b>

**b) Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	<b>2023</b>
	<b>Controladora</b>
Lucro líquido do exercício	114.025
Reserva legal	(5.701)
<b>Lucro líquido a distribuir</b>	<b>108.324</b>
<b>Remuneração</b>	
Mínima obrigatória <sup>1</sup>	30.801
Remuneração adicional	77.523
<b>Total</b>	<b>108.324</b>
<b>Natureza da remuneração</b>	
Dividendos	77.523
Juros sobre capital próprio	30.801
<b>Total</b>	<b>108.324</b>
<b>Remuneração total por ação</b>	<b>0,038</b>

<sup>1</sup> Para fins de mínimo obrigatório é considerado o valor do JCP líquido do IRRF.

Os valores deliberados ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
RCA de 13 de novembro de 2023	Dividendos intermediários	51.955	0,023
RCA de 13 de dezembro de 2023	Juros sobre capital próprio	30.801	0,014

A remuneração a pagar ao acionista está apresentada como segue:

	<b>2023</b>	<b>2023</b>
	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
Saldo ao início do período	-	-
Integralização de capital – aporte de ativos (nota 1)	37.707	-
Dividendos distribuídos	82.756	82.756
Imposto de renda retido na fonte	(4.619)	(4.620)
Dividendos pagos no exercício	(80.653)	(51.955)
<b>Saldo ao final do exercício</b>	<b>35.191</b>	<b>26.181</b>

**14.3 Reserva de lucros:** **a) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **14.4 Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação

de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionista) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

## 15 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção e (iii) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

### 15.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	<b>2023</b>
	<b>Acionistas e outros</b>
<b>Ativo</b>	
Contas a receber de clientes e outros (a)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (b)	43.036
<b>Total</b>	<b>43.036</b>
<b>Passivo</b>	
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (c)	7.169
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	26.181
<b>Total</b>	<b>33.350</b>

### 15.2 Transações com partes relacionadas

	<b>2023</b>
	<b>Acionistas e outros</b>
<b>Resultado do período</b>	
Receita operacional líquida (a)	35.977
Custos dos serviços (c)	(9.584)
Despesas gerais e administrativas	(483)
<b>Total</b>	<b>25.910</b>

### 15.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/Passivo	Resultado do exercício
a)	Norte Energia	TUST	IPCA	25 anos	2024	1.623	16.117
a)	Neoenergia Coelba	TUST	IPCA	25 anos	2024	3.301	10.763
a)	Neoenergia Cosern	TUST	IPCA	25 anos	2024	758	2.347
a)	Neoenergia Elektro	TUST	IPCA	25 anos	2024	732	2.917
b)	Neoenergia Atibaia	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2024	8.621	-
b)	Neoenergia Biguaçu	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2024	8.474	-
b)	Neoenergia Sobral	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2024	5.478	-
b)	Neoenergia S.A.	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2024	(13.090)	-
b)	Warrington Investment Pte. Ltd.	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2024	(13.090)	-
b)	Neoenergia S.A. <sup>(i)</sup>	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2024	(3.910)	-
b)	Neoenergia S.A. <sup>(ii)</sup>	Dividendos e JCP	N/A	N/A	2024	(5.100)	-
c)	Elektro O&M	Operação e Manutenção - O&M	IPCA	5 anos	2024	(7.168)	(9.578)

<sup>(i)</sup> JCP declarados pela Neoenergia Atibaia Transmissão de Energia S.A.(R\$3.910) e Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. (R\$5.100) antes da incorporação.

**15.4 Remuneração da administração:** Em 31 de dezembro de 2023 não houve remuneração aos administradores da Companhia.

## 16 CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**16.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado	Controladora
	2023	2023
	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	83.992	225.641
Títulos e valores mobiliários	1.904	44.528
Contas a receber de clientes e outros	56.269	-
Outros ativos financeiros	1.986	-
<b>Total</b>	<b>144.151</b>	<b>270.169</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	60.013	-
Empréstimos e financiamentos	2.033.817	-
Outros passivos financeiros	4.761	421
<b>Total</b>	<b>2.098.591</b>	<b>421</b>

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

**16.2 Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado

pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.6 (análise de sensibilidade).

**16.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	<b>Nível 2</b>
	<b>Consolidado</b>
	<b>2023</b>
<b>Ativos financeiros</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	225.641
Títulos e valores mobiliários	44.528
<b>Total</b>	<b>270.169</b>
<b>Passivos financeiros</b>	
Outros passivos	421
<b>Total</b>	<b>421</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

**16.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado (saldo contábil) de acordo com o ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	<b>Consolidado</b>
	<b>2023</b>
<b>Saldo Estimativa de contábil justo (nível 2)</b>	
	<b>2.033.817</b>
	<b>2.028.714</b>

Empréstimos e financiamentos

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores de empreiteiros são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

**16.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e

- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

- (ii) Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

- 16.6 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Exposição Taxa no período (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	342.803	32.692	(4.904)
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Empréstimos e financiamentos</b>						
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	(2.043.137)	(155.792)	(12.808)

## MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Henrique Quadros Choqueta  
Marcel Jun Tamura  
Pedro Weiss  
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

### DIRETORIA EXECUTIVA

Fabício Duque Estrada Meyer Chagas  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

Fabiano Uchoas Ribeiro  
**Diretor de Operações da Companhia**

### CONTADORA

Michelle de Frias Braz  
CRC RJ – N° 114819/O-2

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Transmissão S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Neoenergia Transmissão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Neoenergia Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós nem por outro auditor independente. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza